

24 MAI 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Projeto vai ampliar proteção de crianças e adolescentes



Beto Richa lançou o projeto Criança e Adolescentes Protegidos do Paraná

PIONEIRO

Projeto vai ampliar proteção de crianças e adolescentes

Parceria entre o Governo e o TJ-PR irá garantir a emissão da Carteira de Identidade a estudantes das escolas públicas estaduais e municipais do Paraná

CONTINUA

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONTINUAÇÃO

24 MAI 2016

O governador Beto Richa lançou ontem, no Palácio Iguazu, em Curitiba, o projeto Criança e Adolescentes Protegidos do Paraná, uma parceria entre o Governo do Estado e o Tribunal de Justiça do Paraná, que garante a emissão da Carteira de Identidade a estudantes matriculados nas escolas públicas estaduais e municipais do Paraná. O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, participou do lançamento.

Pioneiro no País, o projeto, coordenado pela Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, deve alcançar mais de 1,5 milhão de crianças e adolescentes. Também serão incluídos adolescentes internados em Unidades Socioeducativas e os recém-nascidos nas maternidades de quatro hospitais universitários do Estado. O principal objetivo é coletar as impressões digitais de forma biométrica, o que fortalece a rede de segurança pública contra desaparecimentos de crianças e adolescentes, pois permite a utilização da tecnologia para identificação do desaparecido e agilidade nas investigações. Além disso,

espera-se que, gradativamente, a biometria possa ser utilizada como um eficaz instrumento de controle da evasão escolar.

“O cadastro biométrico ajudará a diminuir a vulnerabilidade de crianças e adolescentes em relação à ação de criminosos”, afirmou o governador. “É um projeto pioneiro, que pode servir de referência para o resto do País, na medida em que estamos protegendo e fortalecendo os direitos civis das crianças e adolescentes com a carteira de identificação”, disse ele.



Beto Richa lançou o projeto Criança e Adolescentes Protegidos do Paraná

24 MAI 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Adolescente que trabalha e vive em união estável se equipara a emancipado

Uma adolescente de 17 anos foi considerada emancipada por já trabalhar e viver em união estável com um parceiro. O entendimento foi aplicado por unanimidade pela 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) ao negar indenização trabalhista a uma vendedora de calçados.

A autora da ação argumentava que a empresa aceitou sua saída do emprego mesmo ela estando grávida e tendo assinado a demissão sem a supervisão de um responsável legal ou autoridade competente. Disse ainda que teria direito à indenização por ter perdido a estabilidade de emprego concedida às grávidas e não ter sido readmitida pelo antigo empregador.

O advogado da empresa Rafael Lara Martins alegou que a empregada pediu demissão antes da data da concepção e, por isso, não teria direito a indenização. Por não comprovar a gravidez no momento da rescisão, a vendedora teve seu pedido negado em primeira instância,

o que motivou o recurso, que também foi negado.

Para verificar se a vendedora estava grávida quando se demitiu, o juízo de segundo grau usou cálculos médicos para definir a idade embrionária e concluiu que o a gravidez ocorreu após o fim do contrato de trabalho. Em relação à nulidade da rescisão contratual, o desembargador Gentil Pio de Oliveira entendeu que o fato de a autora da ação ter um emprego e já viver com um parceiro são mostras de que ela é independente, não precisando ser assistida durante a demissão.

“Agora na literalidade do Código Civil, configurou-se a emancipação pelo estabelecimento de relação de emprego, auferindo rendimento do seu trabalho, demonstrando autonomia com relação aos pais, o que se confirma também pela constituição da família, com a união estável”, complementou o desembargador, que ainda considerou o pedido de demissão “perfeito e válido”, não demonstrando a existência de vício de consentimento.

24 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

Governo Temer tem a 1ª baixa com 12 dias de vida

Jucá deixa Planejamento por conversa
em que sugere pacto contra Lava Jato

Diálogo do ex-ministro, revelado pela Folha, foi travado com Sérgio Machado, ex-presidente da estatal Transpetro

Apenas 12 dias após sua posse, o presidente interino, Michel Temer, perdeu seu ministro do Planejamento. Romero Jucá não resistiu e foi obrigado a deixar o governo depois de a **Folha** divulgar gravações em que ele sugere um pacto para deter a Operação Lava Jato.

A queda de Romero Jucá nesta segunda (23) atinge um dos principais articuladores da aprovação do afastamento de Dilma Rousseff no Congresso e fragiliza o governo Temer logo na sua largada.

O presidente interino apostava na capacidade de articulação de Jucá no Legislativo e no meio empresarial para dar respostas rápidas na economia, considerada a área chave para Temer se firmar.

Jucá afirmou que irá tirar uma "licença" até que a Procuradoria-Geral da República responda a uma representação de seu advogado questionando se as gravações contêm alguma ilegalidade ou crime. Na verdade, ele será "exonerado a pedido" nesta terça para poder reassumir seu mandato no Senado pelo PMDB de Roraima.

Interinamente, será substituído pelo secretário-executivo, Dyogo Oliveira, que no governo Dilma ocupava o mesmo posto na equipe de Nelson Barbosa (Fazenda).

Apesar de Jucá ter anunciado que espera voltar ao cargo, a equipe de Temer avalia que isto não deve ocorrer e já começou a avaliar nomes para substituí-lo. Isto, porém, não será feito nos próximos dias porque o presidente não quer impor mais desgaste a seu assessor de confiança, de quem se sente "devedor".

Temer já sabia desde domingo (22), alertado pelo próprio Jucá, da gravação revelada pela **Folha** onde o senador, em conversa com o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, diz que "tem que mudar o governo para poder estancar essa sangria".

Na manhã desta segunda (23), Temer confidenciou a interlocutores que Jucá não tinha condições de ficar porque passaria a ser alvo constante da imprensa, gerando risco de imobilizar o governo.

O presidente interino esperava, contudo, que partisse do ministro a decisão de pedir um afastamento temporário da equipe, o que seria uma saída honrosa para um auxiliar de sua confiança.

Em reunião no Palácio do Jaburu pela manhã, Jucá prometeu dar entrevista explicando o contexto da gravação

e que iria reverter a situação.

À **Folha** Temer já adiantava o futuro do ministro ao dizer que reafirmava seu "compromisso com a Lava Jato" e que, "se houver embaraços pela frente, eles serão retirados". Naquele momento, o presidente apostava na saída negociada e acreditava que Jucá entregaria o cargo.

O então ministro do Planejamento, contudo, deu uma entrevista no final da manhã na qual criticava a **Folha**, afirmava não ter feito nada para travar a Lava Jato e dizia que falava de economia ao comentar que era preciso tirar a petista Dilma Rousseff para "estancar essa sangria".

Temer ficou preocupado com a disposição de ele seguir no cargo. Um assessor comentou que Jucá deu sinais de que não se demitiria e transferia para Temer a responsabilidade pela decisão.

Assessores de Temer avaliaram que, depois de a reportagem publicar o áudio da gravação entre Machado e Jucá no início da tarde, mostrando que o ministro não falava de economia ao dizer que era preciso "estancar essa sangria", o caso demandava uma solução rápida.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

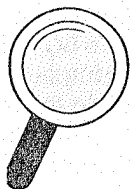
24 MAI 2016

Ali, ficou acertado que Temer não podia ir ao Congresso sem que houvesse uma definição sobre a situação de Jucá. Por volta das 17h, o presidente interino entregaria a Renan Calheiros (PMDB-AL) a nova meta fiscal, com previsão de rombo de R\$ 170,5 bilhões em 2016.

Antes de seguir para o Legislativo, Jucá e aliados de Temer acertaram que o até então ministro do Planejamento pediria licença do cargo. (VALDO CRUZ, GUSTAVO URIBE, MARIANA HAUBERT, MARINA DIAS, DANIELA LIMA, MACHADO DA COSTA E LEANDRO COLON)

JUCÁ NA BERLINDA

Outras investigações envolvendo o ministro licenciado de Temer



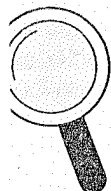
LAVAJATO

Alvo de inquérito (investigação aberta a pedido Procuradoria-Geral da República) Foi citado em delações de empreiteiros da UTC e da Andrade Gutierrez. Jucá é suspeito de favorecer a UTC em obra da usina de Angra 3 em troca de doações para campanha de seu filho, candidato a vice-governador de Roraima. Ele diz que os repasses foram legais



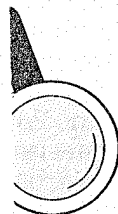
CASO CANTÁ

Alvo de inquérito (investigação aberta a pedido Procuradoria-Geral da República) Jucá é suspeito de crime de responsabilidade em um caso de desvio de recursos federais em Cantá (RR). A investigação é baseada em uma gravação em que um empreiteiro, ao tratar da divisão de verbas, pergunta: "Quanto é o do senador?". Jucá nega participação



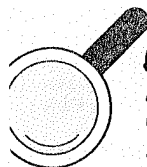
ZELOTES

Alvo de inquérito (investigação aberta a pedido Procuradoria-Geral da República) Segundo depoimento, Jucá pediu propina para aprovar emenda de interesse do setor automotivo. Uma anotação do lobista Alexandre Paes dos Santos indica que, de R\$ 45 milhões pagos a senadores, R\$ 15 milhões seriam destinados a "RJ" (Romero Jucá). Ele nega as acusações



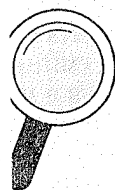
FRANGONORTE

Denunciado (acusação formal pela Procuradoria-geral da República) Em 2005, o desgaste causado pela suspeita de que Jucá ofereceu fazendas inexistentes como garantia de um empréstimo no Banco da Amazônia para a empresa Frangonorte, da qual foi sócio, provocou a saída do então ministro da Previdência de Lula após quatro meses. A denúncia foi arquivada em 2008, por prescrição. Jucá nega participação



BELO MONTE

Alvo de pedido de inquérito (feito pela Procuradoria, mas ainda sem decisão do STF) Segundo delação do senador cassado Delcídio do Amaral, Jucá participou de esquema de desvio de dinheiro das obras da usina hidrelétrica do Pará. Os recursos teriam ido para campanhas do PT e do PMDB. O ministro nega que tenha ligação com irregularidades



TV CABURAI

Alvo de inquérito (investigação aberta a pedido Procuradoria-Geral da República) Um empresário declarou à PF ter sido laranja de Jucá para abrir e gerir uma empresa para controlar a TV Caburaí, de Boa Vista. Segundo a Procuradoria, o caso pode configurar crime de falsidade ideológica. Jucá diz "nunca foi dirigente da empresa referida"

CONTINUA

CONVERSAS COM JUCÁ

Veja trechos da gravação dos diálogos com o ex-presidente

da Transpetro Sérgio Machado

SÉRGIO MACHADO

Acontece o seguinte, objetivamente falando, com o negócio que o Supremo fez [autorizou prisões logo após decisão de segunda instância], vai todo mundo delatar.

ROMERO/JUCÁ

Exatamente, e vai sobrar muito. O Marcelo e a Odebrecht vão fazer [delação].

MACHADO

Odebrecht vai fazer.

JUCÁ

Seletiva, mas vai fazer.

MACHADO

Queiroz [Galvão] não sei se vai fazer ou não. A Camargo [Corrêa] vai fazer ou não. Eu estou muito preocupado porque eu acho que... O Janot [procurador-geral da República] está a fim de pegar vocês. E acha que eu sou o caminho.

JUCÁ [inaudível]

MACHADO

Hum?

JUCÁ

Mas como é que está sua situação?

MACHADO - Minha situação não tem nada, não pegou nada, mas ele quer jogar tudo pro [juiz Sérgio] Moro. Como não tem nada e como eu estou desligado...

JUCÁ

O Moro virou uma 'Torre de Londres'.

MACHADO

Torre de Londres.

JUCÁ

Mandava o coitado pra lá para o cara confessar.

MACHADO

Pro cara confessar. Então a gente tem que agir como [incompreensível] e pensar numa fórmula para encontrar uma solução para isso.

JUCÁ - É, não tem conexão, né...

MACHADO - Não tem conexão, aí joga pro Moro. Aí fodeu. Aí fodeu para todo mundo. Como montar uma estrutura para evitar que eu "desça"? Se eu descer...

JUCÁ

O que que você acha? Como é que voc...

MACHADO

Eu queria discutir com vocês. Eu cheguei a essa conclusão essa semana. Ele acha que eu sou o caixa de vocês, o Janot. Janot não vale "cibazol" [algo sem valor]. Quem esperar que ele vai ser amigo, não vai... [...] E ele está visando o Renan [Calheiros] e vocês. E acha que eu sou o canal. Não encontrou nada, não tem nada.

JUCÁ

Nem vai encontrar, né, Sérgio.

MACHADO

Não encontrou nada, não tem nada, mas acha... O que é que faz? Como tem aquela delação do Paulo Roberto [Costa, ex-diretor da Petrobras] dos R\$ 500 mil e tem a delação do Ricardo [Pessoa, dono da empreiteira UTC], que é uma coisa solta, ele quer pegar essas duas coisas. 'Não tem nada contra os senadores, joga ele para baixo' [Curitiba]. Tem que encontrar uma maneira...

JUCÁ

Converse com ele [Renan], converse com o [ex-senador do PMDB e ex-presidente José] Sarney, ouça eles, e vamos sentar pra gente...

MACHADO

Isso, Romero, o que eu acho primeiro: que é bom pra gente.

JUCÁ

Você tem que ver com seu advogado como é que a gente pode ajudar [...] Tem que ser política, advogado não encontra [inaudível]. Se é político, como é a política? Tem que resolver essa porra... Tem que mudar o governo pra poder estancar essa sangria.

MACHADO

Tem que ser uma coisa política e rápida. Eu acho que ele está querendo... o PMDB. Prende, e bota lá embaixo. Imaginou?

JUCÁ

Você conversou com o Renan?

MACHADO

Não, quis primeiro conversar contigo porque tu é o mais sensato de todos.

JUCÁ

Eu acho que a gente precisa articular uma ação política.

MACHADO

...Quis conversar primeiro contigo, que tenho maior intimidade. Depois eu quero conversar com Sarney e o Renan, com vocês três. [...] Eu estou convencido, com essa sinalização que consegui do Eduardo [Cunha] [incompreensível]. Desvincula do Renan.

JUCÁ

Mas esse negócio do Eduardo está atacando [incompreensível].

MACHADO - Mas ele [Janot] está querendo pegar vocês, tenho certeza absoluta.

JUCÁ

Não tem duas dúvidas.

MACHADO

Não, tenho certeza absoluta. E ele não vale um 'cibazol'. É um cara raivoso, rancoroso e etc. Então como é que ele age? Como não encontrou nada nem vai encontrar [inaudível].

CONTINUA

24 MAI 2016

CONTINUAÇÃO

>OUTRO LADO<

FOLHA DE S. PAULO

Peemedebista diz que não fez nada errado

Romero Jucá alega que houve manipulação na divulgação da conversa e aguarda manifestação do Ministério Público

Ao anunciar a sua licença do Ministério do Planejamento, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) disse que está "consciente" da sua inocência, defendeu a Operação Lava Jato e alega que houve manipulação na divulgação da conversa, revelada pela **Folha**, com o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado.

Em uma entrevista conturbada à imprensa no Congresso, Jucá afirmou que seu advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, conhecido como Kakay, protocolaria uma ação junto ao Ministério Público para que o órgão indicasse se houve ou não irregularidade ou crime revelados na conversa.

"A partir de amanhã eu estou de licença. Reassumo o Senado para fazer o enfrentamento aqui até que o Ministério Público se manifeste quanto às condições da minha fala com Sérgio Machado. Eu sou presidente nacional do PMDB, sou um dos construtores desse novo governo e não quero de forma nenhuma deixar que qualquer manipulação mal intencionada possa comprometer o governo", disse.

Segundo Jucá, seu gesto mostra que o governo do presidente interino Michel Temer é transparente.

"Aguardo manifestação do Ministério Público porque sei que não fiz nada de errado. Nada melhor do que uma manifestação de um órgão isento", disse.

Questionado sobre a possibilidade de voltar para o ministério, Jucá afirmou apenas "vamos ver". "O presidente me deu um voto de confiança, mas eu não quero servir de massa de manobra para o atraso tentar voltar a esse país", completou.

'ESTANCAR A SANGRIA'

Em entrevista mais cedo nesta segunda-feira (23), o principal ponto de defesa de Jucá foi afirmar que quando disse "estancar a sangria" se referia à situação de crise econômica do país, e não à Operação Lava Jato.

O então ministro insistia na tese que os trechos publicados pela **Folha** foram retirados de contexto.

"Estou dizendo que as frases que estão ali, eu tenho repetido abertamente. Disse o mesmo no Roda Viva, na 'Veja' e também na 'Isto É'", diz.

No meio da tarde de segunda, porém, a **Folha** publicou os áudios de dois trechos da conversa de Jucá com Machado nos quais fica claro que o termo "estancar a sangria" se referia à investigação da Lava Jato e que não há menção, nessa parte, à situação econômica brasileira.

'BABACAS'

Enquanto Jucá falava no Congresso, um grupo de servidores e deputados gritava "golpista" e "ladrão", o que obrigou o ministro a falar em um tom de voz alto. Ele chamou os manifestantes de "babacas".

"Para evitar babaquices como essas e manipulação do PT, vamos fazer enfrentamento onde precisa fazer. Não te-

mos medo de cara feia e nem de gritaria, principalmente de gente atrasada e irresponsável que quebrou o país", respondeu aos manifestantes.

Ainda na entrevista, Jucá rebateu o senador Telmário Mota (PDT-RR), seu desafeto político local.

Mota prometeu entrar com um processo no Conselho de Ética do Senado para cassar o mandato de Jucá.

"O PDT pode entrar com o que quiser. O senador Telmário Mota devia entregar a mulher dele que está procurada pela polícia e está foragida junto com o Neudo Campos. Ele deveria ter vergonha de estar aqui representando Roraima", rebateu Jucá.

Jucá esteve no Congresso para participar da cerimônia de entrega da nova meta fiscal. (MARIANA HAUBERT, MACHADO DA COSTA, GUSTAVO URIBE, MARINA DIAS, RUBENS VALENTE E LEANDRO COLON)

24 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

MARCELO FREIXO

República Romérica

Para mudar o governo e estancar essa sangria. Para salvar a classe política. Por Michel, que também é Eduardo Cunha. Para não sermos comidos numa bandeja. Por um boi de piranha que nos permita chegar à outra margem. Por um pacto nacional para deter a Lava Jato.

Os trechos da conversa gravada entre o ministro do Planejamento e braço direito de Michel Temer, Romero Jucá, e o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado (PMDB), divulgada ontem pela **Folha**, mostram que o impeachment da presidente Dilma Rousseff não teve nada que ver com o combate à corrupção.

A manobra é um golpe tramado por um conluio entre a elite política e econômica que teve suas negociatas ameaçadas. A velha oligarquia quer reorganizar seus interesses, impor uma agenda de privatizações e estancar a sangria provocada pela Lava Jato.

Muitos dos que lutaram pela derrubada de Dilma e apoiam o governo golpista de Temer, constrangidos com os primeiros dias da gestão peemedebista, silenciam ou defendem que o afastamento imediato de Jucá resolveria a polêmica. A conclusão é mais cínica do que a entrevista coletiva do ministro na manhã de ontem.

O diálogo é gravíssimo porque revela que o então senador e presidente do PMDB articulou a queda da presidente da República para impedir o andamento das investigações da Lava Jato.

No fim do ano passado, também após o vazamento da gravação de uma conversa sobre a situação de Nestor Cerveró, o senador Delcídio do Amaral foi preso sob a acusação de tentar obstruir o trabalho da Justiça.

As panelas não soaram quando Temer anunciou um ministério formado por 11 homens envolvidos na Operação Lava Jato. O hino nacional não foi entoado quando o presidente golpista escolheu como líder do governo na Câmara André Moura (PSC-SE), que responde a três ações penais no STF e é suspeito de tentativa de assassinato. Será que agora haverá brados contra a corrupção diante de mais um escândalo Romérico?

Mais do que uma farsa, o episódio evidencia a fragilidade do sistema democrático e a falência do parlamentarismo de extorsão da Nova República. Jucá, que diz ser o construtor de um governo de salvação nacional, é um personagem representativo da degradação do governismo pós-ditadura: ocupou cargos chave nos governos Sarney, FHC, Lula e Dilma.

A República Romérica de Michel Temer nasceu morta e sem legitimidade. Se o impeachment for confirmado, a única saída é convocar novas eleições e ampliar as mobilizações em torno de uma agenda de profundas reformas que freiem a influência do poder econômico nos sistemas político e eleitoral e os democratizem.

MARCELO FREIXO escreve às terças-feiras nesta coluna.

24 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

Ministro do STF quer fim do foro e propõe vara para julgar políticos

Para Luís Roberto Barroso, sistema atual leva à impunidade

BELA MEGALE
DE SÃO PAULO

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luís Roberto Barroso defendeu nesta segunda-feira (23) o fim do foro privilegiado.

Barroso foi um dos convidados do "Fórum Veja", evento promovido pela revista em São Paulo.

Ele destacou que "é preciso acabar ou reduzir o foro privilegiado, ou reservá-lo apenas a um número pequeno de autoridades" e classificou o benefício restrito a políticos de "herança aristocrática" do Brasil.

O ministro enfatizou que a ação penal 470, conhecida como "mensalão", durou um ano e meio e ocupou mais de 60 sessões do STF. "O foro privilegiado leva geralmente à impunidade porque é de-

morado", justificou.

Barroso afirmou que prazo médio do recebimento de uma denúncia pelo Supremo é de 617 dias, "ao passo que no juízo de primeiro grau o recebimento é de cerca de uma semana". Segundo ele, há hoje 369 inquéritos e 102 ações penais contra parlamentares em curso.

Após revelar os números, o ministro defendeu a criação de uma vara especial com sede em Brasília (DF) para centralizar julgamentos de políticos com foro.

Ela teria à frente um juiz escolhido pelo STF com um mandato de dois anos e auxiliares para ajudá-lo.

Barroso falou sobre as heranças brasileiras que fomentam a corrupção e disse que uma das principais características é a falta de igualdade. "No Brasil, é mais fácil co-

locar na cadeia um menino de 18 anos com 100 gramas de maconha do que um agente público que praticou fraude de alguns milhões".

O ministro ainda disse que os crimes de colarinho branco têm mais aceitação do que delitos como tráfico e reiterou que "se punir corruptos fosse a regra, Moro e [o ex-ministro do STF] Joaquim Barbosa não seriam hoje heróis nacionais".

Ele também negou influência do ministro Romero Jucá (PMDB-RR) junto ao STF sugerida em gravação revelada pela **Folha** na segunda em que o político sugere pacto para deter a Lava Jato.

"É impensável, nos dias de hoje, supor que alguém tenha a capacidade de paralisar as instituições ou pensar que qualquer pessoa tenha acesso a um ministro do STF."

96 contraponto

Apressado come cru

Ao participar na manhã desta segunda (23) de debate promovido pela revista "Veja", o ministro do STF Luís Roberto Barroso iniciou e terminou sua fala com piadas sobre o curto tempo de que dispunha para falar sobre corrupção e o legado da Lava Jato. No início, disse:

— Isso me lembra o diretor que foi chamado para fazer uma versão de "Guerra e Paz" para uma minissérie curta.

No fim, tendo resumido em muito sua fala, emendou:

— Tentei condensar muitas ideias. Me lembrou a história do Joãozinho, que foi instado a fazer uma redação que misturasse religião, sexo e nobreza. E escreveu: "Ó, meu Deus, como é bom!", disse a princesa, ainda ofegante".

24 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

Governo não deve interferir na Justiça, diz Moro

O juiz Sergio Moro, responsável pela condução das ações da Operação Lava Jato, defendeu que assuntos pertinentes à Justiça não tenham interferência do governo.

“Não deve haver nenhuma interferência do governo. Os trabalhos devem ser independentes”, disse Moro no “Fórum Veja”, evento promovido pela revista nesta segunda (23) em São Paulo.

O juiz, porém, não quis comentar diretamente a gravação revelada pela **Folha** em que o ministro Romero Jucá sugere um pacto para deter a Lava Jato. “Não tenho comentário específico sobre essa situação porque não estou totalmente a par”, disse.

Moro rechaçou as chances de a Lava Jato perder força e disse que ela “continua normalmente”. “Não é seriado, há um trabalho de investigação entre quatro paredes”.

24 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

Condenado no mensalão é preso em 29ª fase da Lava Jato

João Claudio Genu, detido em Brasília, é suspeito de ter recebido ao menos R\$ 2 mi em esquema da Petrobras

Nova fase da operação foi batizada de 'Repescagem' por causa de envolvimento de ex-funcionário do PP

JULIANA COISSI
DE CURITIBA
GABRIEL MASCARENHAS
DE BRASÍLIA

A Polícia Federal realizou nesta segunda (23) a 29ª fase da Operação Lava Jato. Foram cumpridos mandados em Brasília, Pernambuco e Rio de Janeiro. A ação foi batizada de "Repescagem".

O ex-funcionário do PP João Claudio Genu foi preso preventivamente em Brasília.

Genu foi assessor do deputado José Janene, que morreu em 2010. Ele foi condenado pelo STF (Supremo Tribunal Federal), em novembro de 2012, no escândalo do mensalão do PT por ter sacado R\$ 1,1 milhão das empresas do publicitário Marcos Valério.

Em 2014, após recurso, foi absolvido do crime de lavagem de dinheiro e teve a pena reduzida.

Na Lava Jato, recebeu só de propina ao menos o dobro do R\$ 1,1 milhão do mensalão, de acordo com os investigadores que apuram o esquema

de corrupção na Petrobras. Para eles, Genu continuou desviando recursos públicos mesmo depois de ser sentenciado em outra ação penal.

Segundo Luciano Flores, delegado da Polícia Federal, é possível traçar "com nitidez muito mais aprofundada" um paralelo entre mensalão e Lava Jato a partir do papel desempenhado por Genu.

"No mensalão, Genu foi condenado porque sacou R\$ 1 milhão. Já na Lava Jato, em que ele não é um dos principais investigados, nós já temos mais de R\$ 2 milhões comprovados de pagamento de propina para ele, que nunca teve pagamento federal, mas sempre esteve assessorando o falecido Janene", disse o delegado nesta segunda-feira, em entrevista coletiva.

O montante recebido por Genu pode ser ainda maior, segundo o procurador Diogo Castor Mattos, um dos integrantes da força-tarefa da Lava Jato pelo Ministério Público Federal.

Já se comprovou R\$ 2 milhões diretamente repassados a Genu pelo doleiro Alberto Youssef e que são frutos de propina.

OUTROS SUSPEITOS

Também foi preso temporariamente seu sócio Lucas Amorim Alves, cujas empre-

sas receberam um total de R\$ 7 milhões, ainda a serem apurados se são decorrentes de corrupção.

Ele teve o mandado de prisão temporária expedido por ser sócio de Genu em diversas empresas das quais houve vultosos depósitos bancários, segundo a Lava Jato.

Outro mandado de prisão temporária ainda não havia sido cumprido até o fim desta segunda —Humberto do Amaral Carrilho está no exterior e é considerado foragido. Ele é suspeito de ter auxiliado Genu na remessa ilegal da propina para contas fora do país.

Ao todo, foram expedidos seis mandados de busca e apreensão, um de prisão preventiva e dois de prisão temporária.

REPESCAGEM

O nome dado à nova fase da Lava Jato, "Repescagem", alude ao fato de que o principal investigado deste braço da operação, João Claudio Genu, já foi processado no mensalão e, agora, é investigado na Lava Jato.

Nesta etapa são investigados os crimes de formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e corrupção passiva e ativa envolvendo verbas desviadas no esquema criminoso na estatal.

CONTINUA

REPESCAAGEM

Lava Jato mira assessor condenado no mensalão



JOÃO CLAUDIO GENU
Ex-assessor do deputado José Janene (PP)
Prisão preventiva

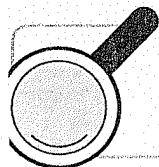
Acusação
Teria recebido R\$ 2 milhões em propina desviada da Petrobras



LUCAS AMORIM ALVES
sócio de Genu
Prisão temporária

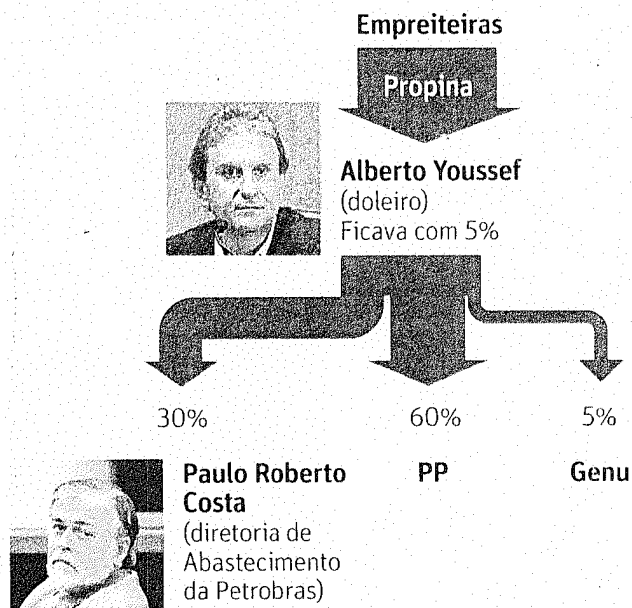


HUMBERTO DO AMARAL CARRILHO
suspeito de auxiliar Genu a enviar propina para o exterior
Foragido



Suspeitas
formação de quadrilha, corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro

O ESQUEMA



Janene indicou Paulo Roberto Costa ao cargo

>OUTROLADO<

Defesa de presos não quis se manifestar

Procurado, o advogado de João Claudio Genu, ex-funcionário do PP condenado no mensalão e preso preventivamente na nova fase da Operação Lava Jato, Mauricio Maranhão, não quis dar declarações à reportagem.

O advogado Ademar Rigueira Neto, que representa Humberto Carrilho, afirmou que o cliente não está foragido. Segundo ele, Carrilho viajou para Portugal para tratar de negócios da empresa dele e tinha previsão de retornar no fim deste mês, mas deve antecipar o voo e estar no Brasil até o fim da semana.

Também foi expedido um mandado de prisão contra ele na 29ª fase da Lava Jato, deflagrada nesta segunda-feira (23).

Segundo seu advogado, ele já havia prestado depoimento na Lava Jato por acusações anteriores e não havia qualquer restrição para viagens internacionais.

A respeito da nova acusação contra ele, que deu base ao pedido de prisão, o advogado negou que Carrilho tenha ajudado Genu a fazer remessas de recursos ao exterior e que o cliente irá disponibilizar seu sigilo bancário às autoridades.

A defesa do sócio de Genu, Lucas Amorim Alves, também preso preventivamente pela Polícia Federal na fase "Repescagem" da Lava Jato, não foi localizada pela Folha.

Foram expedidos seis mandados de busca e apreensão, um de prisão preventiva e dois de prisão temporária.

24 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

Procuradoria deve ampliar denúncia contra Pimentel no STJ

Acusação é de que governador de MG recebeu R\$10 mi de propina

DE BRASÍLIA

A Procuradoria-Geral da República deve ampliar a denúncia oferecida ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) contra o governador de MG, Fernando Pimentel (PT), para incluir detalhes de uma delação premiada.

Segundo a **Folha** apurou, a Procuradoria incluirá na acusação que a propina recebida pelo governador é superior a R\$ 10 milhões. O dado consta na delação do empresário Benedito Rodrigues de Oliveira Neto, conhecido como Bené, considerado operador de Pimentel no esquema.

Segundo reportagem de o "Globo" desta segunda (23),

Bené fechou acordo com a Procuradoria-Geral da República e acusou Pimentel de receber propina de empresas beneficiadas com financiamentos do BNDES. Num dos depoimentos, disse que da Caoa, representante da Hyundai no Brasil, Pimentel teria sido o destinatário de mais de R\$ 10 mi.

A delação está no STJ e deve ser homologada pelo ministro Herman Benjamin, relator da Acrônimo, que investiga suposto esquema de financiamento ilegal de campanhas do PT e tem Pimentel como um dos alvos.

Inicialmente, a denúncia oferecida pela vice-procuradora-geral da República, Ela Wiecko, apontava vantagens

indevidas de R\$ 2 milhões.

Se a denúncia for acolhida, Pimentel será transformado em réu, respondendo por corrupção, lavagem de dinheiro e falsidade de documento particular. Segundo a denúncia, ele, na condição de governador, já em 2015, continuou atuando e se comprometeu a beneficiar a Caoa.

Foram denunciados ainda o dono da Caoa, Carlos Alberto de Oliveira Andrade, o presidente da empresa, Antônio dos Santos Maciel Neto, Mauro Borges Lemos, ex-ministro de Desenvolvimento Indústria e Comércio, Otilio Prado, ex-sócio de Pimentel, Fábio Mello, funcionário de Bené, e o próprio Bené. (MÁRCIO FALCÃO)

>OUTROLADO<

Defesas negam irregularidades em contratos

Em nota, a defesa de Pimentel reitera que ele jamais cometeu qualquer irregularidade. "Sobre a suposta delação, não é possível afirmar se há ou não tratativas em curso nesse sentido. Todavia, é preciso lembrar que a delação por si só não é elemento de prova."

A defesa da Caoa afirmou que a montadora não pagou propina e que os contratos fechados com empresas de consultoria são reais e os serviços foram prestados. O advogado José Roberto Batochio afirmou que a alegação de que o documento seria para forjar a consultoria é uma "invencionice".

24 MAI 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Nova Identidade amplia proteção a crianças

O governador Beto Richa lançou nesta segunda-feira (23), no Palácio Iguazu, em Curitiba, o projeto Criança e Adolescentes Protegidos do Paraná, uma parceria entre o Governo do Estado e o Tribunal de Justiça do Paraná, que garante a emissão da Carteira de Identidade a estudantes matriculados nas escolas públicas estaduais e municipais do Paraná. O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembar-

gador Paulo Roberto Vasconcelos, participou do lançamento.

Pioneiro no País, o projeto, coordenado pela Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, deve alcançar mais de 1,5 milhão de crianças e adolescentes. Também serão incluídos adolescentes internados em Unidades Socioeducativas e os recém-nascidos nas maternidades de quatro hospitais universitários do Estado. ■



■ O sistema vai coletar a digital de todos os estudantes

24 MAI 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Gaeco indicia 27 pessoas na Operação Publicano

Operação investiga pagamento de propina a auditores

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) indiciou 27 pessoas na quinta fase da Operação Publicano, que investiga o pagamento de propina a auditores da Receita Estadual do Paraná e sonegação

de impostos por parte de empresários do setor frigorífico.

O procedimento foi concluído nesta segunda-feira (23), e ao todo foram indiciados sete auditores, dois advogados, um contador, seis empresários e outras 11 pes-

soas ligadas indireta ou indiretamente. O Gaeco dividiu os indiciados em três grupos criminosos.

O delegado Alan Flore explica que os grupos atuaram em determinado momento na prática da fraude. O Gaeco indicou o

primeiro grupo como composto por empresários, que atuavam na sonegação fiscal, criação de créditos tributários decorrentes de operações fraudulentas, e no pagamento de propina a auditores fiscais para não serem incomodados. ●

TRE cassa mandato de Paulo Rink



O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) decretou a perda do mandato do vereador Paulo Rink (foto) (PR) na Câmara Municipal de Curitiba. O tribunal decidiu que ele deveria perder o cargo por ter deixado o PPS para ingressar na atual legenda em meio ao mandato, contrariando a regra de fidelidade partidária. Cabe recurso e, até que a decisão final seja tomada, Rink permanece na função, segundo a Câmara.

A decisão da Corte do TRE foi tomada nesta segunda-feira (23) por unanimidade. De acordo com o relator do caso, o desembargador Paulo Afonso da Motta Ribeiro, foi violada a resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que prevê que as vagas no Legislativo pertencem aos partidos, e não aos políticos. Assim, ao deixar o cargo em meio ao mandato sem justa causa, o vereador perde o direito à vaga na Casa. ●

24 MAI 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

STF garante rotulagem de transgênicos

Exigência de informação foi garantida pelo
ministro Edson Fachin

A decisão do ministro do STF, Edson Fachin, de recusar recurso anterior foi proferida no último dia 12 de maio, mantendo sentença favorável aos consumidores obtida pelo Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) exigindo a rotulagem de alimentos transgênicos, independente da quantidade desses ingredientes.

Dessa forma, o direito dos consumidores brasileiros à informação sobre organismos geneticamente modificados volta a prevalecer.

A exigência estava suspensa desde 2012, por uma decisão liminar (provisória) do ministro Ricardo Lewandowski, do STF, que atendeu ao pedido da União e da Associação Brasileira de Indústria de Alimentos (Abia) contra a decisão do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF-1), que foi favorável à ação do Idec.

A União e Abia alegavam que a decisão do TRF-1 "usurpava a competência" do STF de decidir sobre o tema. Mas, ao julgar o recurso, Fachin não concordou. Em decisão monocrática (analisada apenas por um julgador), o ministro relator do processo validou a decisão do Tribunal. ■

24 MAI 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

MAIOR CONTROLE

Identidade pra criançada

Da Redação

O governo lançou ontem o projeto Criança e Adolescentes Protegidos do Paraná, uma parceria entre o Governo do Estado e o Tribunal de Justiça do Paraná, que garante a emissão da carteira de identidade a estudantes matriculados nas escolas públicas estaduais e municipais do Paraná.

Pioneiro no País, o projeto, coordenado pela Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, deve alcançar mais de 1,5 milhão de crianças e adolescentes. Também serão incluídos adolescentes internados em Unidades Socioeducativas e os recém-nascidos nas maternidades de quatro hospitais universitários do Estado.

O principal objetivo é coletar as impressões digitais de forma biométrica, o que fortalece a rede de segurança pública contra desaparecimentos de crianças e adolescentes, pois permite

a utilização da tecnologia para identificação do desaparecido e agilidade nas investigações. Além disso, espera-se que, gradativamente, a biometria possa ser utilizada como um eficaz instrumento de controle da evasão escolar. O Paraná é o estado com o maior número de cadastros biométricos do Brasil, com mais de 7 milhões pessoas registradas. A proposta é chegar a pelo menos 300 municípios até 2017. O projeto vai contar com recursos de mais de R\$ 2,9 milhões do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) para a aquisição de equipamentos.

Parcerias com as prefeituras irão garantir o uso de transporte escolar para levar os estudantes ao Instituto de Identificação toda primeira sexta-feira de cada mês para a confecção do documento. Além disso, também está prevista a aquisição de vans que vão funcionar como postos de atendimento móvel para atender às cidades mais distantes.

Pedro Ribas/ANP



Programa deve alcançar mais de 1,5 milhão de crianças e adolescentes.

24 MAI 2016

GAZETA DO POVO

Acusado de conspirar contra a Lava Jato, Romero Jucá pede licença do governo

Ministro do Planejamento
anuncia afastamento do cargo
depois de ser flagrado em
gravação falando sobre fazer
“pacto” para deter a Lava Jato

Katna Baran, com agências

● Após apenas 12 dias de governo interino, a gestão de Michel Temer (PMDB) sofreu sua primeira baixa: a do ministro do Planejamento, Romero Jucá (PMDB-RR). Ele anunciou que irá se licenciar do cargo a partir de hoje, depois da divulgação de gravações em que ele e o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado falam em firmar um “pacto” para deter a operação Lava Jato.

Com a queda de Jucá, que irá retomar o posto de senador durante a licença, a Lava Jato bate às portas de Temer. Em seu primeiro pronunciamento, o presidente em exercício fez questão de ressaltar que a operação “deve ter prosseguimento”, mas, logo em seu primeiro ato, foi criticado por nomear ministros citados nas investigações — um deles, o próprio Jucá.

A divulgação dos áudios, em que o ministro sugere a Machado que uma “mudança” no governo resultaria em um pacto para “estancar a sangria” atribuída à Lava Jato, acendeu os ânimos dos contrários ao governo Temer. Durante a entrevista em que anunciou o afastamento ontem, Jucá foi cercado por cartazes de protesto e interrompido diversas vezes por gritos de “golpista”. Ele rebateu: “Por causa de babaquices como essas vamos fazer o enfrentamento.”

Entre as manifestações estão tanto a de grupos opositores quanto de apoiadores de Dilma. O Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua (VPR), que defendem o impeachment da petista, defenderam a saída do ministro na

internet. “O desastre já estava anunciado quando Temer colocou em seu ministério pessoas envolvidas na Lava Jato”, divulgou o MBL. Já o VPR afirmou que “o que vale pra uns tem que valer pra todos”, citando as tentativas do PT de “melar a Lava Jato”.

Em nota, o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Claudio Lamachia, fez mais pressão, dizendo que “quem é investigado pela Operação Lava Jato não pode ser ministro de Estado”.

Críticas e apoio

No Congresso, a situação do presidente interino também se complicou. A divulgação dos áudios ocorreu no mesmo dia em que Temer se reuniu com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), para entregar a nova previsão da meta fiscal. O peemedebista foi recebido pelos deputados Paulo Pimenta (PT-BA) e Moema Gramacho (PT-BA) aos gritos de “golpista” e com cartazes em que comparam Jucá ao ex-senador Delcídio do Amaral.

O líder do PT na Câmara dos Deputados, Afonso Florence (BA), ironizou o caso, dizendo que Jucá está “participando” da obstrução às pautas do governo junto com a legenda. “Parece que Jucá aderiu a nossa obstrução, pois impediu o governo Michel Temer, derreteu o governo”, declarou. Florence acredita que

as gravações são “graves”. “A gravação desmascarou o golpe”, disse.

O presidente interino e parlamentares governistas amenizaram a situação e elogiaram a atitude de Jucá. Em nota, Temer ressaltou que o ministro licenciado voltará ao Senado para auxiliar o governo federal “de forma decisiva, com sua imensa capacidade política”. O peemedebista disse ainda que o ministro fez um trabalho competente e dedicado. “Ele [Jucá] fez o que precisava ser feito”, defendeu o líder do DEM, Pauderney Avelino (AM)

“Não me sinto constrangido [de continuar no cargo de ministro], porque não estou fazendo nada errado. Quanto às investigações, estou muito tranquilo, à disposição para dar qualquer esclarecimento.”

“Não vejo razões para pedir afastamento, me sinto muito tranquilo. Não me sinto atrapalhando o governo, me sinto ajudando.”

“A partir de amanhã eu estou de licença. Reassumo o Senado para fazer o enfrentamento aqui até que o Ministério Público se manifeste quanto às condições da minha fala com Sérgio Machado.”

CONTINUA

24 MAI 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

SUSPEITA

Citado em delação de empreiteiro, Jucá é alvo de inquérito no STF

● O agora ministro licenciado do Planejamento Romero Jucá (PMDB-RR) é alvo de um inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF), por ter sido citado nos depoimentos de delações premiadas do dono da UTC, Ricardo Pessoa, e do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, no âmbito da Lava Jato. Pessoa afirmou que Jucá pediu R\$ 1,5 milhão em doações para as eleições de 2014 em Roraima, quando seu filho, Rodrigo Jucá, foi candidato a vice-governador. O dinheiro seria propina pela contratação da UTC em obras da Eletronuclear. Segundo Costa, Jucá seria um dos 27 beneficiários do esquema de desvios envolvendo contratos da Petrobras. O peemedebista também foi citado em acordos de colaboração premiada de executivos da Andrade Gutierrez e pelo ex-senador Delcídio do Amaral, como envolvido em um esquema no setor elétrico, na Eletronorte.

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

24 MAI 2016

De quantos "jucás" o país ainda precisa se ver livre?

A República de Curitiba continua produzindo estragos. Passada a fase da Operação Lava Jato que alimentou os que lutavam pelo impeachment de Dilma, agora é o governo interino de Michel Temer que tem de lidar com os incômodos causados pela força-tarefa conduzida pela Polícia Federal, Ministério Público Federal e pelo juiz Sergio Moro.

Ontem, um dos mais reluzentes nomes da equipe presidencial, o ministro do Planejamento, Romero Jucá, foi obrigado a pedir licença do cargo que assumira há apenas dez dias. A licença é de mentirinha, como logo confessou: vai mesmo é pedir exoneração e voltar para o Senado.

Tudo porque uma gravação clandestina de conversa que travou com um ex-diretor da Petrobras, ligado ao PMDB, revelou que Jucá também atuava para obstruir as investigações da Lava Jato. Mais do que isto: queria conter rapidamente as investigações para preservar outros nomes importantes, dentre os quais o do senador Aécio Neves, presidente do PSDB. O tom do diálogo, havido em março, um mês antes do impeachment, parecia de desespero.

O caso se assemelha ao do ex-senador Delcídio do Amaral, cassado por ter sido igualmente flagrado em conversas que notoriamente visavam a driblar a Justiça e a libertar réus da Lava Jato. Jucá terá o mesmo destino de Delcídio? Esta pergunta precisa ser respondida com rapidez pelo próprio Senado.

A transcrição da conversa feita na edição de ontem da *Folha de São Paulo* provocou outro efeito imediato: Temer logo se obrigou a fazer novas juras de amor à operação e a prometer que nada fará para atrapalhá-la.

Menos mal. É certo que ela virou o Brasil pelo avesso; que produziu um efeito dominó que parece não ter fim. Mas por mais que a podridão na política nacional venha sendo exposta, com todos os seus horrores e odores, a Lava Jato está fazendo o necessário. E, portanto, merecendo um status — quase autônomo — de instituição republicana intocável.

Ainda existem muitos "jucás" infiltrados no poder. E o país precisa se ver livre deles.

24 MAI 2016

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



24 MAI 2016

GAZETA DO POVO

Polícia finaliza inquérito contra Renan

PF apura ligação do presidente do Senado com o esquema de corrupção da Petrobras

● A Polícia Federal informou ao STF (Supremo Tribunal Federal) que está prestes a concluir um dos inquéritos que apura a suposta ligação do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), com o esquema de corrupção da Petrobras.

Segundo relatório enviado pelo delegado Thiago Delabary, falta apenas o depoimento do senador para que as apurações deste inquérito sejam fechadas. A PF informa, inclusive, que está tendo dificuldades para marcar uma data com o senador.

A linha de investigação avalia se Renan foi beneficiado de propina em acordo da Petrobras com a categoria dos práticos, os profissionais responsáveis por orientar os comandantes de navio a atracar nos portos.

A reportagem apurou que a defesa do senador pediu que ele envie explicações por escrito, em vez de prestar um novo depoimento à PF. Nesta segunda (23), a Procuradoria-Geral da República enviou manifestação ao STF pela rejeição do pedido da defesa, portanto, pelo depoimento presencial.

O delegado pediu ao STF mais 30 dias para a o encerramento do caso. "É possível afirmar que o acervo informativo já reunido nos autos põe a investigação em estágio de finalização. Afora algumas medidas de ordem administrativa, resta pendente de efetivação apenas a

oitiva do senador Renan Calheiros a qual não se tornou possível, ainda, em face da dificuldade de agendamento decorrente das atribuições de sua excelência à frente da Casa Legislativa", escreveu.

O ministro Teori Zavaski, relator da Lava Jato, vai defi-

nir como serão feitas as explicações. Renan é investigado neste inquérito juntamente com o deputado federal Aníbal Gomes (PMDB-CE).

As defesas de Renan e de Aníbal têm negado o envolvimento com irregularidades e afirmam que nunca receberam propina da Petrobras.

NOVE

Na Lava Jato, Renan Calheiros é alvo de nove inquéritos. O senador foi citado por cinco delatores como destinatário de propina desviada da Transpetro: Paulo Roberto Costa, Alberto Youssef, Fernando Baiano, Ricardo Pessoa e Nestor Cerveró. Delatores disseram que Renan teria indicado para o cargo Sérgio Machado — presidente da Transpetro de 2003 a 2015 — e que recebia dinheiro desviado de contratos da estatal.

REPESCAGEM

Lava Jato prende ex-assessor do PP, réu no mensalão

BRASÍLIA

Estadão Conteúdo

● O ex-assessor do PP João Cláudio Genu — réu no mensalão — foi preso ontem em Brasília, alvo da 29ª fase da Operação Lava Jato, batizada de Repescagem, sob suspeita de receber pelo menos R\$ 2 milhões do esquema de corrupção na Petrobras. O ex-assessor do PP foi preso em um hospital, quando acompanhava uma pessoa. Genu era considerado braço direito do ex-deputado federal José Janene (PP-PR), morto em 2010 e um dos mentores do arranjo ilegal montado na estatal. O nome da 29ª fase da operação faz referência ao fato de que Genu chegou a ser condenado pelo STF no julgamento do mensalão, em 2012, mas nunca cumpriu a pena, pois a condenação para um de seus crimes prescreveu

TERMINAL

De acordo com as investigações, o ex-assessor do PP João Cláudio Genu atuou na intermediação de um contrato com a Petrobras para construção de um terminal de derivados de petróleo no Rio Amazonas, em Itacoatiara (AM), em que foi pago propina. Uma das empresas envolvidas é a Distribuidora Equador.

e ele acabou absolvido de outro crime ao recorrer da sentença.

A Lava Jato, contudo, descobriu que ele também teria atuado no esquema de corrupção na Petrobras e, por isso, pediu sua prisão. Genu foi, juntamente com Janene, denunciado no mensalão, acusado de sacar cerca de um R\$ 1,1 milhão de propina em espécie das contas da empresa SMP&B Comunicação, do operador do esquema Marcos Valério, atualmente cumprindo pena de 37 anos de prisão em Belo Horizonte, para entrega a deputados do PP.

GAZETA DO POVO

sínteses 24 MAI 2016

A AGU DEVE DEFENDER UM PRESIDENTE NO PROCESSO DE IMPEACHMENT?

Defender a presidente é defender a vontade do povo que a escolheu

Lincoln Schroeder Sobrinho

Desde dezembro de 2015, quando Eduardo Cunha admite pedido de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, diversas polêmicas tomaram o meio jurídico. Dentre elas, especialmente com o avanço processo, discute-se a possibilidade da Advocacia Geral da União conduzir a defesa da presidente.

O impeachment de Collor não nos dá a resposta por que, ainda que o ex-presidente tenha sido defendido por advogados particulares, a AGU, prevista na Constituição em 1988, só veio a ser criada em 1993, já no governo Itamar Franco.

A AGU é prevista no art. 131 da Constituição e sua função é representar “a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo”.

Embora, a função exista há muito tempo — desde o Procurador dos Nossos Feitos, do Brasil Colônia, passando pelo Procurador da Coroa e da Soberania Nacional, no Império e pelo Procurador Geral da República, até 1988 — a AGU, enquanto órgão de Estado, é uma novidade da Constituição de 1988, desafiando, ainda, debates sobre suas funções e possibilidades.

De todo modo, espera-se que a AGU — tendo a lei e, principalmente, a Constituição, como limites para a sua atuação — auxilie os demais órgãos de Estado na execução das atividades que lhes cabem. Assim, viabiliza, juridicamente, as políticas públicas conduzidas pelo governo. Os agentes públicos, escolhidos pelo povo, são os artífices dessas políticas públicas e, ao auxiliá-los, a AGU garante respeito aos princípios democrático e republicano.

Nessa esteira, a Lei 9.028/95, editada durante o governo FHC, atribui à AGU a função de defender os membros dos Poderes da República (não só o presidente, mas, parlamentares e magistrados, dentre outros) e demais agentes públicos. Segundo a lei, eles podem ser defendidos pela AGU mesmo após deixarem seus cargos, desde que desejem e que os fatos de que estejam sendo acusados tenham ocorrido no exercício da função pública.

O raciocínio é simples: agente público — seja o presidente da República ou um zelador — exerce suas atividades buscando o interesse público. Assim, defendê-lo é defender o exercício da função pública.

Em processos junto ao TSE, são vários os casos de atuação da AGU na defesa do presidente. Na Representação 872/DF, referência para esses casos, o PSDB pedia a condenação do presidente Lula por campanha eleitoral antecipada. O Ministro Marco Aurélio questionou a atuação da AGU e, por maioria, incluídos os Ministros Gilmar Mendes e Joaquim Barbosa, ficou estabelecido que, se o presidente atua como presidente e é demandado como presidente, a AGU pode defendê-lo.

No caso do impeachment, o raciocínio é o mesmo. O presidente que incorre em crime de responsabilidade poderá ser impedido. Para tanto, será processado.

Mas, até que o processo termine e seja retirado, em definitivo, do cargo, continua presidente. Sendo assim, será defendido pela AGU.

Dilma Rousseff poderia escolher ser defendida por advogado privado — e, agora, diante de seu afastamento e nomeação de novo AGU, assim optou — mas tem direito de ser defendida pela Advocacia Geral da União. Negar esse direito seria prejudicá-la, mitigar seu direito de defesa e afastar a AGU da função de defender os representantes legitimamente escolhidos pelo povo.

Lincoln Schroeder Sobrinho,
procurador federal e professor de
Direito Constitucional e Teoria do
Estado na FAE.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO GAZETA DO POVO

Defesa institucional ou pessoal?

Thiago Lima Breus

Dentre as inumeráveis questões jurídicas em torno do impeachment de Dilma Rousseff, a possibilidade da realização da sua defesa técnica pela Advocacia Geral da União (AGU) no processo de afastamento surgiu, nos últimos dias, como tema bastante polêmico.

A AGU argumenta que, no caso, promove a defesa de atos administrativos tomados como ilícitos praticados pela Presidência no exercício de atribuições constitucionais e que a sua defesa teria por objetivo principal resguardar tanto a presunção de legalidade destes atos quanto a manutenção de seus efeitos, como o faz nas mais de 200 (duzentas ações) nas quais até hoje atua na defesa dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva por atos realizados enquanto eles ocupavam o cargo.

A questão, porém, não é tão simples. Até mesmo juristas contrários ao impeachment, como o professor Pedro Estevam Serrano, da PUC-SP, manifestaram-se contrariamente à possibilidade de defesa da presidente pela AGU.

Sob uma perspectiva normativa, antes de tudo, o artigo 22 da Lei nº 9.028/95, que estabelece a possibilidade de representação de pessoas físicas pela advocacia pública da União, teve a sua redação atribuída pela Medida Provisória (MP) nº 2216/01, que é inequivocamente inconstitucional, uma vez que: a) inexistente relevância ou urgência para a alteração legislativa promovida pela MP; b) é vedada a edição de MP sobre direito processual civil; c) os limites e as possibilidades da representação da União pela AGU são estabelecidos pela Lei Complementar nº 73/93, norma de âmbito distinto de disciplina jurídica; e d) é vedada a edição de medida provisória sobre matéria reservada à lei complementar. Em síntese, não há autorização normativa para que a AGU promova a representação de pessoas físicas.

Mesmo se a Constituição autorizasse, o que não é o caso, a AGU somente poderia atuar na defesa individual do agente público nas hipóteses em que não fosse possível a dissociação da defesa subjetiva dos atos do agente com a defesa dos atos da União. Tal ocorreria, por exemplo, em ações populares, civis públicas e representações em geral, nas quais a eventual

condenação dos agentes públicos repercutiria diretamente na esfera de interesses jurídicos do ente público.

No processo de Impeachment, contudo, pretende-se a responsabilização da pessoa da presidente da República, dissociada de qualquer imputação de responsabilidade à pessoa jurídica da União Federal.

Inexiste, neste processo, portanto, a possibilidade da defesa subjetiva da pessoa física pela AGU seja porque não se imputa, ao lado da presidente da República, responsabilidade à União, seja porque eventualmente pode existir conflito de interesses entre a defesa do agente político com a defesa da própria União. Nessa hipótese, se a AGU promove a defesa do agente político, quem exerceria a defesa institucional da União?

Ademais, conforme a Constituição, as sanções decorrentes do impeachment aplicam-se exclusivamente ao agente político: perda do cargo e inabilitação para o exercício de função pública por 8 anos. Teoricamente, tais penalidades não afetam os interesses jurídicos da União: o vice-presidente, eleito na mesma chapa e sob a mesma plataforma de campanha e programa de governo -- ao qual, em tese, está vinculado -- assume e conclui o mandato para o qual também foi eleito.

Sob um ângulo deontológico, a plenitude de defesa, inerente ao devido processo assegurado à Presidente no Impeachment, exige o livre e desimpedido exercício da atuação de seu advogado.

Esse livre exercício exige independência e parcialidade, que não existe quando seu advogado atua tanto em sua defesa subjetiva, quanto em favor dos interesses da União.

Como há a vedação para que a AGU advogue contra a União, em caso de conflito de interesses entre a pessoa física e a pessoa jurídica, poderão ocorrer duas situações: ou haverá a prática de improbidade pela AGU ou sobrevirá deficiência na defesa da pessoa física, em seu irreparável prejuízo.

Além de não permitida pelo ordenamento jurídico, portanto, a representação da presidente da República pela AGU no processo de impeachment pode ensejar limitação à sua própria plenitude de defesa. Para garantia não apenas dos interesses da União, mas também dos direitos dos próprios agentes políticos, a AGU precisa compreender-se como advocacia de Estado, não de Governo.

Thiago Lima Breus, advogado, doutor em Direito do Estado, é professor da Faculdade de Direito da UFPR.

24 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

Gaeco indicia 27 por esquema em frigoríficos

Entre os indiciados, estão sete auditores da Receita, seis empresários e dois advogados; um deles o defensor do delator Luiz Antonio de Souza

Loriane Comeli
Reportagem Local

Ao concluir o inquérito sobre a quinta fase da Operação Publicano, o delegado do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), Alan Flore, indiciou 27 pessoas em crimes relacionados a um grupo de empresários do setor de abate de suínos que cometeria fraudes fiscais com anuência de fiscais da Receita Estadual, que mensalmente recebiam propinas dos frigoríficos. O “mensalinho” seria de R\$ 100 mil. Os crimes apurados na investigação são organização criminosa, associação criminosa, corrupção ativa, corrupção passiva tributária, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro e extorsão.

Dos indiciados, sete são auditores: Luiz Antonio de Souza, o principal delator do esquema; sua irmã, Rosângela Semprebom; Márcio de Albuquerque Lima, apontado nas fases anteriores como o líder do suposta organização criminosa incrustada no órgão

fazendário; Roberto Oyama, auditor afastado do cargo por decisão judicial há mais de 13 anos; Márcio Sanzovo; Milton Digiácomo; e José Luiz Favoreto, sendo esses dois últimos também supostamente integrantes da cúpula do esquema investigado pelo Gaeco desde meados de 2014.

Seis indiciados são empresários, sendo que pelo menos dois estão presos: Aparecido Domingues dos Santos, conhecido como “Dinho do Porco”, de Quatiguá; e Antonio Luiz da Cruz, de Londrina. Parentes dos empresários também foram indiciados. Os advogados de ambos não retornaram ao pedido de entrevista.

Na lista, há um contador e dois advogados – Eduardo Duarte Ferreira, defensor do principal delator e de sua família, e Fernando Mesquita, que prestaria auxílio ao esquema de sonegação dos frigoríficos. “As investigações demonstraram que eles acabaram por extrapolar sua atuação profissional”, afirmou Flore. Ferreira e Mesquita não foram localizados ontem. O

primeiro a reportagem procurou no celular e ao outro deixou recado no escritório.

Os outros 11 envolvidos seriam pessoas ligadas a Luiz Antonio de Souza, que teriam cobrado supostas dívidas em nome do auditor. Essas pessoas, disse o delegado, estavam “a ele ligadas para a prática de extorsão após esse auditor ter sido preso”. Souza foi preso em janeiro do ano passado, após ser flagrado com uma adolescente em um motel. Em entrevistas anteriores, o advogado de Souza admitiu cobranças, mas negou extorsão, que teria se dado na exigência de valores para não incluir empresários do setor de suíno sem depoimentos ao Ministério Público.

CONTINUA

24 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Segundo a versão de Ferreira, após ser preso, mas antes de fazer o acordo de delação premiada com o MP, ou seja, entre janeiro e maio de 2015, Souza, de fato, por intermédio da irmã e de outras pessoas, recebeu aproximadamente R\$ 500 mil do Dinho do Porco, valor que seria relativo a empréstimo feito em 2014, de mais de R\$ 1 milhão. "O Luiz Antonio nunca negou que emprestava dinheiro", declarou na semana passada o advogado. Após a delação premiada, o auditor recebeu do mesmo empresário parte da frota – quatro caminhões, que estariam avaliados em R\$ 900 mil. Em sua própria defesa, Ferreira disse que não praticou qualquer ato ilícito.

Em razão do suposto crime depois de fazer a delação premiada, o MP avalia a possibilidade de rescindir o acordo com o delator, cuja saída da prisão estava prevista para 30 de junho. Uma das cláusulas era não voltar a praticar crimes.

O coordenador do Gaeco, Jorge Barreto da Costa, voltou a afirmar que tal avaliação será feita no momento adequado. Enquanto isso, o promotor aguarda o envio do inquérito para possivelmente oferecer denúncia contra os investigados. O prazo é de cinco dias.

A reportagem também procurou ontem os advogados dos demais auditores, que não foram localizados.

24 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

THIAGO NASSIF

É hoje

Juiz da Vara Regional da Infância e da Juventude, Leoberto Brancher estará em Maringá hoje, quando ministra palestra sob o tema "Justiça Restaurativa no Cenário Nacional: implicações, promessas, avanços e esperança", às 19h30, na UEM.

Publicano

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) indiciou ontem 27 pessoas na quinta fase da Operação Publicano, que investiga um esquema de corrupção e sonegação na Receita Estadual. Os indiciados fazem parte do esquema operado por empresários do ramo frigorífico no interior do Estado, além de auditores fiscais que cobriam propina para perdoar ou fazer vista grossa à sonegação. Ao todo foram indiciados sete auditores, dois advogados, um contador, seis empresários e outras 11 pessoas ligadas ao esquema.

Cargos do MP

O Tribunal de Contas do Estado aprovou, com recomendações, as contas do Ministério Público Estadual relativas a 2013, sob responsabilidade do ex-procurador-geral, Gilberto Giacoia. Entre os problemas encontrados pelo TCE estão os cargos em comissão. Segundo o tribunal, o MP não estaria obedecendo a regra constitucional que prevê a proporcionalidade da ocupação dos cargos por servidores efetivos e não efetivos.

Precedente

A decisão do TCE chama a atenção, já que recentemente, a Assembleia aprovou dois projetos do Ministério Público, criando 180 cargos comissionados para o órgão. Na ocasião, deputados questionaram o fato do MP estar propondo essa criação, enquanto questiona prefeituras, câmaras municipais e outros órgãos pelo excesso de cargos em comissão.

Bloqueio

A pedido da 2ª Promotoria de Justiça de Campina Grande do Sul, a Vara da Fazenda Pública da Comarca bloqueou os bens do pre-

feito de Quatro Barras (Região Metropolitana de Curitiba), Loreno Bernardo Tolardo (PSD) e do secretário municipal de Ordem Pública, Frederico Bernardi. Eles são acusados pelo Ministério Público por designar servidores da prefeitura para atender interesses particulares, o que configuraria enriquecimento ilícito e dano aos cofres públicos. Segundo o MP, pelo menos oito servidores públicos municipais trabalhavam na segurança privada da residência do prefeito, entre março de 2012 e janeiro de 2015. Justiça determinou o bloqueio de R\$ 1.763.921,28 dos dois, para garantir o ressarcimento do prejuízo, em caso de condenação ao final do processo.

Frota

A 4ª Promotoria de Justiça de Paranaguá (Litoral do Estado), apresentou denúncia criminal de peculato contra um vereador por uso particular de veículos da Câmara Municipal. Segundo a investigação, em quatro dias nos meses de agosto e setembro de 2013, o vereador viajou a Curitiba em carros oficiais do Legislativo, com motorista e combustível pagos pelos cofres públicos, para levar sua irmã a consultas médicas na Capital. O MP não divulgou o nome do parlamentar.

Propaganda

O MP também entrou com ação contra o prefeito de Formosa do Oeste (região Oeste), por gasto irregular com publicidade. Ele teria pago espaço publicitário em uma rádio local, sem licitação, para propaganda pessoal. A contratação começou em maio de 2013 e seguiu até maio deste ano, ao custo total de R\$ 35 mil, sendo suspensa apenas após decisão judicial. Além de informes e anúncios da prefeitura, a rádio oferecia ao prefeito um programa, apresentado por ele, transmitido aos sábados.

Infidelidade

TRE decide cassar vereador

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE/PR) cassou hoje o mandato do vereador Paulo Rink (PR), de Curitiba, por infidelidade partidária. Eleito pelo PPS, Rink trocou de partido, migrando para o PR, infringindo a regra da fidelidade, segundo a qual o mandato é da legenda e não do eleito. O suplente Diego Busse (PPS) deve assumir.

O parlamentar alegou que tinha autorização do PPS para deixar a sigla, e que uma eventual fusão entre a legenda e o PSB – que chegou a ser aventada, mas nunca concluída – enquadraria seu caso nas exceções da lei. Pela resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a mudança de partido pode ser aceita em caso de “perseguição” ou de migração para um partido recém-criado.

O relator do caso, Paulo Afonso da Motta Ribeiro, não aceitou os argumentos de Rink. “A alegação não se sustenta, já que, (...) a concretização da justa causa na hipótese de fusão entre os partidos ocorre somente após o registro do partido novo junto ao Tribunal Superior Eleitoral, o que não ocorreu no caso dos autos, pois as intenções de fusão sequer chegaram a se concretizar”, lembrou.